



MENOS SONEGAÇÃO,
MAIS PARA O BRASIL

II Workshop Pacote Antissonegação



Trabalhos realizados em 5 e 6 de maio de 2016

APOIO:

Afresp

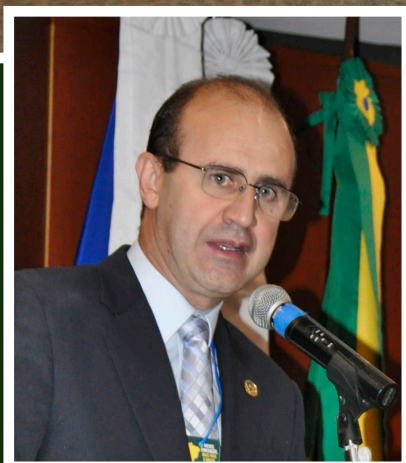
sinafresp

REALIZAÇÃO:



FENAFISCO
FEDERAÇÃO NACIONAL DO FISCO ESTADUAL E DISTRITAL

COMBATE À SONEGAÇÃO
• sinafresp •
REPÚDIO À CORRUPÇÃO



João Marcos de Souza, presidente da Fenafisco



Alfredo Maranca, presidente do Sinafresp

Sonegação, não!

Realizado pela Fenafisco com o apoio da Afresp e do Sinafresp, o II Workshop: Pacote Antissonegação realizado nos dias 5 e 6 de maio na sede da Afresp, em São Paulo, trouxe à tona um assunto urgente para o país e a classe, reunindo cerca de 100 Agentes Fiscais de Rendas do Estado para assistir às palestras de importantes especialistas.

A sonegação é responsável por desviar valores elevados dos cofres públicos que seriam destinados às áreas fundamentais para a população, como saúde, educação, infraestrutura e segurança pública. Estudos indicam que, somente na esfera federal, são mais de R\$ 500 bilhões que normalmente deixam de ser recolhidos. Combatendo esse crime é possível estancar a principal fonte que alimenta a corrupção que, muitas vezes, tem início no “caixa dois” das empresas.

Durante a abertura oficial, João Marcos de Souza, presidente da Fenafisco, destacou a importância de eventos que discutam medidas de combate a esse mal que assola o Brasil, sobretudo diante do momento atual do país. “É nossa responsabilidade contribuir como agentes do fisco, uma das esferas mais importantes na estrutura do Estado. Nesse momento de crise nosso papel passa a ser ainda mais relevante. Quando o assunto é crise, a primeira questão a ser falada pelo governo é o aumento de tributos e outras formas de arrecadar mais, mas sem a preocupação com o que está acontecendo de verdade. Nosso papel é mostrar essa realidade”, afirmou.

Também na cerimônia de abertura, Alfredo Maranca, presidente do Sinafresp, destacou que, embora o país esteja vivendo um momento de desânimo, é preciso manter objetivos e a união da classe para vencer os desafios. “Não temos que medir o tamanho da nossa dificuldade, temos convicção do que queremos e vamos em frente”, afirmou.

Dentro desse contexto, o ex-deputado federal e AFR aposentado, João Eduardo Dado de Carvalho, deu início aos trabalhos com a palestra “O combate à sonegação e a administração tributária”. Para ele, antes de apresentar medidas, é preciso entender a sonegação e como ela acontece. A partir daí, o ponto fundamental é ter a união da classe fiscal. “Se tivermos união teremos discurso objetivo e ações focadas e, com isso, poderemos chegar ao nosso objetivo que é efetivamente combater a sonegação e prover o Estado dos recursos que necessita para cumprir os seus objetivos sociais”, alertou.

Sua apresentação abordou a necessidade de compreender as mudanças na sociedade contemporânea, sobretudo em relação à velocidade das informações e às mídias sociais e também à aproximação com a mídia. Dentro de um cenário de dificuldade, sua primeira sugestão foi que as entidades (federativas e estaduais) criem sites na internet para os contribuintes com o objetivo de mantê-los informados e conscientes.

“Essa atitude deveria ser perene para manter as pessoas sempre informadas e, con-

sequentemente, mudar o conceito que elas têm a respeito da sonegação. É um crime, mas as pessoas acham que sonegação é deixar de pagar tributo para um Estado corrupto”, completou.

Entre inúmeros aspectos abordados e sugestões apresentadas, Dado afirmou que vários trabalhos estão sendo desenvolvidos e, por isso, a necessidade de cada Estado apresentar seu portfólio com as ações desenvolvidas.

Para o participante Moacir Flamzalcmán, AFR/SP, o evento contribuiu para discutir e refletir sobre o papel do agente fiscal e o momento vivido por esses profissionais. “Nossa classe está muito fragilizada porque vem sofrendo sucessivos desgastes. O Dado foi muito feliz em sua colocação, que o poder econômico tem tirado do fiscal a capacidade de ele fazer o seu trabalho. Estamos em momento crítico, parece que chegamos ao limite, precisamos resgatar o nosso papel”, argumentou.



João Eduardo Dado de Carvalho, ex-deputado federal e AFR aposentado



O deputado estadual **Carlos Giannazi** também marcou presença no evento. Além de destacar a importância de workshops como esse, que tratam de temas relevantes para a categoria e a sociedade em geral, ele ressaltou seu apoio à PEC 186 e o trabalho que vem realizando para derrubar o PLP 257.



Manuel Enriquez Garcia, presidente da Ordem dos Economistas do Brasil

O segundo período do workshop tratou, sobretudo, de como a sonegação afeta diretamente o Estado. O presidente da Ordem dos Economistas do Brasil, professor Manuel Enriquez Garcia, realizou a palestra “As consequências da sonegação no cenário macroeconômico”, enfatizando os males desse ato.

“Sonegação é crime, é algo que pessoas físicas ou jurídicas fazem de maneira egoísta, contribuindo para o mal-estar de toda a sociedade. Em parte é um problema cultural, além de ser um problema em decorrência do Estado estar em estágio inferior de modernização, ou seja, não se aparelhou como deveria para evitar que esse ser egoísta usufrua de algo em malefício dos outros, embora esteja investindo em recursos, principalmente relacionados à internet, para coibir essa prática nociva”.

Durante sua fala, o professor revelou que há uma estimativa de que entre 10% e 14% do PIB brasileiro se perdem na sonegação de tributos – o que equivale a R\$ 600 bilhões de reais. “O bolo tributário está diminuindo, boa parte por conta dos expressivos montantes da sonegação”.

Já na palestra “Análise política e econômica da sonegação no país”, ministrada pelo deputado estadual, Orlando Bolçone, foram abordados temas como educação fiscal e a necessidade das pessoas conhecerem e discutirem sobre tributação naturalmente, além do desenvolvimento sustentável. “A sustentabilidade, diferente do que muitos acreditam, não começa a partir do aspecto ambiental, mas sim do aspecto econômico. Sem desenvolvimento econômico não há desenvolvimento social e ambiental, os quais constroem o conceito de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento econômico começa com o nosso trabalho, se não tem recursos públicos, não temos Estado” afirmou.

Em seguida, na palestra “Uma nova proposta de reforma tributária”, do Dr. Eurico Marcos Di Santi, advogado e membro do Núcleo de Estudos Fiscais da Escola de Direito da FGV/SP, foi abordada a importância de analisar a tributação sobre o consumo, já que o Brasil tem grandes problemas nessa esfera.

“A neutralidade não afeta os preços e a alíquota paga pelo consumidor ao longo da cadeia de produção e comercialização resulta em transparência. Com a alíquota igual e com uma legalidade única, pode ser oferecido segurança, simplicidade, transparência e controle”, explicou.

Por fim, Marcos Roberto, prefeito de São Manuel, interior de São Paulo, encerrou os trabalhos. Em sua palestra ele ressaltou que administra atualmente 40 mil habitantes, mas mesmo assim os problemas são os mesmos de uma cidade grande. “O ISS é o único imposto do município. Em 2015, foram 58 bilhões desse imposto, então o município tem, sim, a capacidade de arrecadação”, argumentou.

Estiveram no workshop o Presidente em exercício da Fenafisco, João Marcos de Souza, o Presidente do Sinafresp, Alfredo Maranca, o Presidente da Afresp, Rodrigo Spada (que também representou o Vice-Presidente da Febrafite, Roberto Kupski), além de diretores e representantes das entidades organizadoras.



Orlando Bolçone, deputado estadual



Rodrigo Spada, presidente da Afresp e vice-presidente da Febrafite